

UTE VALE DO PARANÁ ALBIOMA S.A.

CNPJ nº 31.149.697/0001-90

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanco patrimonial Em 31 de dezembro					(Valores expressos em milhares de reais)				
	Nota	2022	2021			Nota	2022	2021	
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.754	33.666	Empréstimos	8	9.245	9.802		
Contas a receber	5	5.023	4.741	Fornecedores	9	994	276		
Estoque	6	343	831	Passivo de arrendamento	12	838	44		
Contas a receber - Partes relacionadas	10	2.028	-	- Partes relacionadas	10	734	124		
Impostos a recuperar		-	-	- Obrigações trabalhistas		613	632		
Despesas pagas antecipadamente		369	327	- Impostos a recolher	11	262	450		
Outros ativos circulantes		-	54	IRPJ e CSLL	11	561	960		
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>22.580</b>	<b>39.620</b>	Dividendos obrigatórios a pagar	10	1.820	4.989		
<b>Não circulante</b>				Outros passivos		27	-		
Imobilizado	7	137.062	139.773	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>15.067</b>	<b>17.305</b>		
Direito de uso	7	4.518	64	<b>Não circulante</b>					
Intangível	7	871	880	Empréstimos	8	84.099	91.922		
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>142.451</b>	<b>140.717</b>	Passivos de arrendamento	12	3.917	36		
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>88.016</b>	<b>91.958</b>		
				<b>Patrimônio Líquido</b>					
				Capital social	13	55.056	55.056		
				Reserva legal	13	1.433	-		
				Reserva de lucros		5.459	16.019		
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>61.948</b>	<b>71.075</b>		
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>165.031</b>	<b>180.337</b>		
<b>Total do ativo</b>		<b>165.031</b>	<b>180.337</b>						

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro					(Valores expressos em milhares de reais)				
	Capital Subscrito	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Reserva de lucro	Resultado do exercício	Total			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>55.056</b>	-	(4.091)	-	<b>50.965</b>	<b>50.965</b>			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.098	<b>25.098</b>	<b>25.098</b>			
Absorção de prejuízo	-	-	4.091	-	(4.091)	<b>(4.091)</b>			
Transferência de reservas - Nota 13	-	1.050	-	19.957	(21.007)	<b>(4.989)</b>			
Dividendos mínimos - Nota 13	-	-	-	(4.989)	-	<b>(4.989)</b>			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>55.056</b>	<b>1.050</b>	-	<b>14.968</b>	<b>71.075</b>	<b>71.075</b>			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.662	<b>7.662</b>	<b>7.662</b>			
Transferência de reservas - Nota 13	-	383	-	7.279	(7.662)	<b>(14.968)</b>			
Dividendos distribuídos	-	-	-	(14.968)	-	<b>(14.968)</b>			
Dividendos mínimos - Nota 13	-	-	-	(1.820)	-	<b>(1.820)</b>			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>55.056</b>	<b>1.433</b>	-	<b>5.459</b>	<b>61.948</b>	<b>61.948</b>			
Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro									
<b>Seção A - Informações gerais: 1. Contexto operacional:</b> A UTE Vale do Paraná Albioma S.A. ("Companhia") foi constituída em 2 de agosto de 2018 por meio de ata da assembleia geral de constituição de sociedade anônima em 1 de fevereiro de 2018. A Companhia está estabelecida na cidade de Suzanópolis, estado de São Paulo, e tem como objetivo social o desenvolvimento, implementação e operação da usina de cogeração de energia elétrica, localizada na Cidade de Suzanópolis, Estado de São Paulo, na Rodovia SP -595, km 84 -l- 800 metros ("Usina de Cogeração"), para geração de eletricidade e vapor a serem fornecidos para o moinho delto da Vale do Paraná S.A. - Alcol e Açúcar (o "Moinho") e comercialização de energia elétrica a terceiros ligados à rede nacional. A Companhia iniciou sua operação comercial a partir de 25 de dezembro de 2020, mediante despacho nº 3.672 emitido pela ANEEL, onde foi liberado as unidades geradoras UG1, com capacidade de 16.000 kW e UG2, com capacidade de 32.500 kW. Os recursos financeiros do investimento são provenientes de um financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contratado em 9 de novembro de 2018 por valor de R\$ 98.557. Até dezembro de 2021, já havia sido liberado R\$ 85.000 de financiamento BNDES, não ocorrendo novas liberações em 2022 e com a previsão do saldo restante ser liberado no primeiro semestre de 2023. Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. A Companhia apresentou lucro do exercício no montante de R\$ 7.662 (R\$ 25.098 em 2021) e capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 8.382 (R\$ 22.316 em 2021) em 31 de dezembro de 2022. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 19 de maio de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. <b>2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:</b> As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. <b>2.2. Base de elaboração:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação das demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, as quais requerem um maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas. <b>2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:</b> As seguintes alterações de normas ocorreram a partir de 1 de janeiro de 2022: • Alteração ao CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Alteração ao CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Alteração ao CPC15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da norma antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. • Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: (i) CPC 48 "Instrumentos Financeiros" esclarece que as taxas de juros incluídas no teste de 10% para análise de passivos financeiros; (ii) CPC 06 "Arrendamentos": alteração do exemplo 13 a fim de explicar o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhoria do imóvel arrendado. (iii) CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) CPC 29 "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxo de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as outras normas IFRS. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. <b>2.4. Normas novas que ainda não estão em vigor:</b> As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em maio de 2020, com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1 de janeiro de 2023. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sobre covenant somente após a data do balanço não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. Desta forma ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2024. • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 9 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. <b>3. Fatores de risco financeiro: 3.1. Fatores de risco financeiro: a) Risco de crédito:</b> Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do									
<b>7. Imobilizado, Intangível e Direito de uso:</b>									
	Edificações e Equipamentos	Máquinas e Equipamentos	Benefícios						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>784</b>	<b>16.185</b>	<b>5.931</b>	<b>27</b>	<b>21.199</b>	<b>11</b>	<b>96.132</b>	<b>836</b>	<b>143.105</b>
Aquisições	958	822	485	-	1.192	51	90	44	122
Transferência	26.993	(13.915)	80.251	-	2.803	-	-	-	-
Depreciação	(590)	(1.561)	(3.456)	(1)	(482)	(4)	-	(58)	(6.152)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>28.145</b>	<b>1.531</b>	<b>83.211</b>	<b>26</b>	<b>26.712</b>	<b>58</b>	<b>90</b>	<b>836</b>	<b>140.717</b>
Aquisições	2.978	222	641	-	-	18	-	13	4.843
Baixas	-	-	-	-	-	-	(90)	-	(90)
Depreciação	(2.110)	(61)	(3.756)	(1)	(543)	(10)	-	(22)	(389)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>29.013</b>	<b>1.692</b>	<b>80.096</b>	<b>25</b>	<b>26.169</b>	<b>66</b>	<b>-</b>	<b>836</b>	<b>142.450</b>
Custo	34.626	1.857	85.564	29	27.258	81	-	836	155.290
Depreciação	(5.613)	(165)	(4.568)	(4)	(1.089)	(15)	-	(23)	(12.840)
<b>Valor contábil</b>	<b>29.013</b>	<b>1.692</b>	<b>80.096</b>	<b>25</b>	<b>26.169</b>	<b>66</b>	<b>-</b>	<b>836</b>	<b>142.450</b>
<b>8. Empréstimos:</b> A Companhia obteve empréstimos contratados em moeda nacional com o objetivo de financiar a aquisição de sua planta industrial e suas operações, cujo saldo é composto como segue:									
<b>Linha de Crédito</b>	<b>Moeda</b>	<b>Juros médios (a.m.)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>					
BNDES (Subcrédito A)	R\$	Fixo (3,95% a.a.)	218	19.520					
BNDES (Subcrédito B)	R\$	Variável (IPCA + 2,95% a.a.)	77.569	83.789					
Custos a amortizar		(1.443)	(1.585)	-	93.444	101.724			
<b>Vencíveis em 1 ano</b>			<b>9.245</b>	<b>9.802</b>					
Vencíveis acima de 1 ano			84.099	91.922					
(a) Em 09 de novembro de 2018, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$ 98.557, sendo liberado até dezembro de 2019 o valor de R\$ 59.000, tendo em 2020 o valor de R\$ 20.000 liberados. Em fevereiro de 2021 ocorreu a liberação de R\$ 6.000 referente ao Subcrédito B. Incide duas taxas de juros: i) taxa fixa de juros compensatórios, capitalizados até data de início da amortização do empréstimo, de 2,55% a.a., passando a ser 3,95% a.a. após a liberação das fianças bancárias sobre a parcela de financiamento Subcrédito A de R\$ 18.000 liberado em 2019, e ii) uma taxa variável incluindo um spread de 1,55% a.a., passando a ser 2,95% a.a. após a liberação das fianças bancárias para o Subcrédito B liberado de R\$ 67.000 (liberações ocorridas nos anos de 2019 e 2021).									
<b>Substituição e linhas de transmissão</b>									
	Outros ativos								
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>21.199</b>	<b>11</b>	<b>96.132</b>	<b>836</b>	<b>143.105</b>				
Empréstimos tomados	6.000	(718)	-	-	5.282				
Amortização do principal	(1.892)	-	-	-	13.286				
Provisão de juros	130	-	-	-	101.724				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>101.724</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>101.724</b>				
Empréstimos tomados	-	(8.612)	-	-	10.132				
Amortização do principal	(8.612)	-	-	-	696				
Provisão de juros	10.132	-	-	-	93.344				
Uprfront/Comissões	-	-	-	-	-				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>93.344</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>93.344</b>				

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro					(Valores expressos em milhares de reais)				
	Nota	2022	2021			Nota	2022	2021	
<b>findos em 31 de dezembro</b>				<b>findos em 31 de dezembro</b>					
Receita operacional líquida	14	43.865	64.197	Receita operacional líquida	14	43.865	64.197		
Custo da geração de energia	15	(24.232)	(22.276)	Custo da geração de energia	15	(24.232)	(22.276)		
<b>Lucro bruto</b>		<b>19.633</b>	<b>41.921</b>	<b>Lucro bruto</b>		<b>19.633</b>	<b>41.921</b>		
<b>Despesas/receitas operacionais</b>				<b>Despesas/receitas operacionais</b>					
Despesas com vendas	16	(282)	(194)	Despesas com vendas	16	(282)	(194)		
Gerais e administrativas	16	(3.316)	(2.927)	Gerais e administrativas	16	(3.316)	(2.927)		
Outras receitas, líquidas	17	2.078	1.235	Outras receitas, líquidas	17	2.078	1.235		
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>				<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>					
		<b>18.113</b>	<b>40.035</b>			<b>18.113</b>	<b>40.035</b>		
Despesas financeiras		(10.438)	(13.441)	Despesas financeiras		(10.438)	(13.441)		
Receitas financeiras		1.924	555	Receitas financeiras		1.924	555		
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>18</b>	<b>(8.514)</b>							

Continuação		Continuação das Notas explicativas da UTE VALE DO PARANÁ ALBIOMA S.A. - CNPJ nº 31.149.697/0001-90	
negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (ii) Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. (iii) Custos de manutenção: A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, proximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados no resultado do exercício em que ocorre a manutenção. (iv) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, com exceção das máquinas, equipamentos e instalações ligados ao consórcio que se limitam a depreciação até o seu encerramento em 2045, são as seguintes:		líquido. 24.12. Redução ao valor recuperável (impairment): i) Ativos financeiros não-derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; ou • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento. (iii) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de	
		Descrição Máquinas, equipamentos 24 Edificações 25 Móveis e equipamentos de comunicação 15 Computadores e periféricos 6 Instalações 24 Linhas de transmissão 50 Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado prospectivamente. 24.11. Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio	
Aos Administradores e Acionistas UTE Vale do Paraná Albioma S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da UTE Vale do Paraná Albioma S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UTE Vale do Paraná Albioma S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das		Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela ad-	
		caixa de outros ativos, ou UGCs (Unidades Geradoras de Caixa). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para redução ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2022. Suzanópolis, 30 de abril de 2023. Christiano Forman Villaca - Diretor Presidente Douglas da Silva Ramos - Contador - CRC 1SP 323.352/O-6	
		ministração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de maio de 2023 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5 Adriano Formosinho Correia – Contador CRC 1BA029904/O-5	

